

# **ACEMBEX – COMÉRCIO E SERVIÇOS, LDA.**

Relatório e Contas  
31 de dezembro de 2016

**ACEMBEX – COMÉRCIO E SERVIÇOS, LDA.**

RUA MANUEL PINTO DE AZEVEDO, 272 - 3º • 4100-320 PORTO • PORTUGAL • TEL+351 226 156 000 • FAX +351 226 156 099 • e-mail: info@acembex.pt •  
<http://acembex.rar.pt>

SEDE SOCIAL: PASSEIO ALEGRE, 624 PORTO • CAPITAL SOCIAL EUR 750 000 • MATRIC. C.R.C. PORTO Nº 18 804 • N.I.P.C. 500 007 560

## **ÍNDICE**

<b>RELATÓRIO DE GESTÃO</b>	<b>2</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>6</b>
<b>ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>12</b>
<b>CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS</b>	<b>37</b>
<b>RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO</b>	<b>40</b>

## **RELATÓRIO DE GESTÃO**

## RELATÓRIO DE GESTÃO

### EXERCÍCIO DE 2016

Exmos. Senhores,

No cumprimento das disposições legais, a Gerência vem submeter para apreciação o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício de 2016.

#### 1. INTRODUÇÃO

Durante este exercício, a Acembex conservou a sua posição de destaque como importadora e distribuidora de cereais (trigo, milho, arroz, cevada) e de outras matérias-primas para as indústrias de panificação, descasque de arroz e de rações.

#### 2. ENVOLVENTE

Em 2016, a empresa manteve uma posição de destaque nas áreas em que intervém, tendo sido o maior importador de cereais e seus derivados em Portugal. Foram movimentadas matérias-primas provenientes de diversos países da Europa, da África, da Ásia e do continente americano, com destino aos principais portos portugueses continentais, das ilhas da Madeira e dos Açores, e ainda, a alguns portos no norte de França.

Operando num mercado muito volátil, a Acembex preocupa-se em desenvolver e aplicar mecanismos tendo em vista a cobertura do preço das necessidades físicas dos seus clientes, assegurando assim uma consistente política de defesa da margem. De realçar que, o baixo nível de preços das principais matérias primas durante o exercício de 2016 teve um impacto negativo no volume de vendas, apesar de o nível de atividade ter alcançado as metas previstas.

#### 3. ACTIVIDADE DA EMPRESA

Tal como anteriormente referido, a Acembex manteve em 2016 uma posição de destaque nas áreas em que intervém, tendo sido um dos maiores importadores de cereais e seus derivados em Portugal, com destino aos principais portos portugueses continentais, das ilhas da Madeira e dos Açores, com uma quota de 19%, num mercado de cerca de 4 milhões de toneladas.

Em 2016 prosseguiu-se a política de diversificação abrangendo duas vertentes:

A montante, alargando o leque de fornecedores a novas origens, como a Rússia, a Bulgária, a Polónia, a Letónia, a Lituânia, para além das tradicionais origens europeias, da África, da Ásia e do continente americano;

A jusante, tem vindo a expandir a sua atividade noutros mercados, tendo-se destacado em 2016 como um fornecedor de referência das principais fábricas de pet food europeias, onde comercializa matérias-primas, provenientes não só de Portugal, mas também de outras origens, que importa diretamente para alguns portos no norte de França.

Em 2016, a conjugação da evolução positiva obtida nos plafonds de crédito, com a quebra do preço das matérias-primas transacionadas, permitiu à Acembex reforçar a sua política de reaproximação ao cliente final, em detrimento do recurso a distribuidores, possibilitando uma gradual melhoria das margens da empresa.

Em conjunto com os seus principais clientes, continua a desenvolver um esforço de aproximação à agricultura e produção, tanto em Portugal, como em França e, desde 2016, na Polónia.

A Acembex mantém uma política de procura sistemática de novos subprodutos da indústria agroalimentar passíveis de reutilização na indústria de rações, tendo como objetivo a substituição de importações de algumas matérias-primas.

De realçar ainda que as novas áreas de negócio, desenvolvidas nos últimos exercícios, como a logística e os PMVAS (Produtos de maior valor acrescentado), representam 37% da contribuição gerada pela companhia.

Continuam a ser implementados de forma sistemática novos mecanismos de controlo de gestão, com vista a melhorar o nível de rentabilidade e simultaneamente a minimizar os riscos inerentes à sua atividade.

Durante este exercício a empresa desenvolveu o seu modelo de negócio, adaptando-o à atual conjuntura, otimizando a sua estrutura financeira, o que se veio a refletir positivamente nos indicadores de criação de valor para o acionista.

Atuando numa área muito sensível, a cadeia alimentar, a Acembex continua a desenvolver, em parceria com alguns dos seus clientes e fornecedores, um complexo conjunto de ações de controlo, rastreio e tracibilidade ao longo dos fluxos de aprovisionamento.

A Acembex é membro, desde 2012, do "GAFTA - The Grain and Feed Trade Association", a associação internacional de comércio de cereais e alimentação animal.

Durante o ano de 2016 a empresa efetuou com sucesso a transição para a versão 2015 da norma ISO 9001 e obteve a respetiva certificação do seu Sistema de Gestão de Qualidade; foi ainda renovada a certificação do sistema de segurança alimentar no âmbito do HACCP - Codex Alimentarius.

#### 4. ANÁLISE ECONÓMICA-FINANCEIRA

A evolução das contas patrimoniais, refletiu ao longo do ano, a adaptação da estrutura financeira da empresa à atual realidade macroeconómica, mediante uma monitorização sistemática dos rácios mais significativos, nomeadamente, cobranças e pagamentos. A otimização da sua estrutura financeira teve ainda, um reflexo positivo, nos indicadores de criação de valor para o acionista.

#### 5. PERSPECTIVAS FUTURAS

Em termos futuros, a empresa continua a assumir que existem oportunidades de desenvolvimento, nas áreas de negócio tradicionais e nas suas adjacências, continuando a apostar na intensificação das componentes prestação de serviços, e do desenvolvimento de novas áreas de negócio abrangendo produtos de maior valor acrescentado.

#### 6. SUSTENTABILIDADE:

A atividade da Acembex, é enquadrada desde 2013, no SMETA (Sedex Members Ethical Trade Best Practice Guidance), um manual de boas práticas, que contempla e evidencia a política de sustentabilidade da empresa, tendo como base o ambiente, a segurança, a saúde no trabalho, a responsabilidade social e a ética profissional.

No âmbito da responsabilidade social, a empresa tem desenvolvido desde 2010 um programa inovador, o projecto "MIMO", que com base em parcerias com diversos stakeholders, permite o fornecimento de alimentação básica aos utentes de sete das casas da IPSS "associação CRESCER SER" (cerca de 200 pessoas), espalhadas pelo país;

#### 7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

Ao resultado líquido do exercício, no valor de 494.465 euros que seja transferido a sua totalidade para

dividendos

Assim:

Reservas Legais – 0 (uma vez que estas já representam 20% do capital social)

Dividendos – 494.465 euros

## 8. NOTAS FINAIS

Dando cumprimento ao Artigo 21º do Dec.Lei Nº 411/91 de 17 de outubro, informa-se que a empresa tem regularizada a sua situação com a Segurança Social.

Finalmente cabe registar uma palavra de apreço e agradecimento, ao empenho e dedicação de todos os colaboradores, bem como a todas as entidades que, de alguma forma, prestaram o seu contributo para o resultado obtido.

Porto, 27 de janeiro de 2017

A Gerência:

Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos

Luís José Sena de Vasconcelos

## **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

ACEMBEX – COMÉRCIO E SERVIÇOS, LDA.

DEMONSTRAÇÕES DAS POSIÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em Euro)

ATIVO	Notas	2016	2015
<b>ATIVOS NÃO CORRENTES:</b>			
Ativo fixo tangível	5	125 594	172 030
Ativo intangível	6	-	-
Investimentos em empresas associadas	7	10 000	10 000
Ativos por impostos diferidos	8	142 940	82 456
Total de ativos não correntes		278 534	264 486
<b>ATIVOS CORRENTES:</b>			
Inventários	9	4 513 563	2 341 943
Clientes	10	2 816 357	2 464 924
Estado e outros entes públicos	11	99 693	232 678
Outras dívidas de terceiros	12	47 100 725	50 748 777
Outros ativos correntes	13	252 125	274 929
Caixa e equivalentes de caixa	14	183 210	186 097
Total de ativos correntes		54 965 673	56 249 348
Total do ativo		55 244 207	56 513 834
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>			
Capital social	15	750 000	750 000
Reservas legais	15	150 000	150 000
Reservas de reavaliação	15	20 880	20 880
Resultados transitados		67 402	107 647
Resultado líquido do exercício		494 465	559 755
Total do capital próprio		1 482 747	1 588 282
<b>PASSIVO:</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Credores por locações financeiras	16	69 825	114 091
Total de passivos não correntes		69 825	114 091
<b>PASSIVO CORRENTE:</b>			
Credores por locações financeiras	16	44 458	43 374
Fornecedores	18	52 416 900	53 382 572
Estado e outros entes públicos	19	715 077	886 261
Outros credores correntes	20	64 476	86 766
Outros passivos correntes	21	450 724	412 488
Total de passivos correntes		53 691 635	54 811 461
Total do capital próprio e passivo		55 244 207	56 513 834

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado: Rute Daniela das Neves Lopes da Silva Gonçalves

A Gerência: Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos, Luís José Sena de Vasconcelos



ACEMBEX – COMÉRCIO E SERVIÇOS, LDA.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em Euro)

	Notas	2016	2015
Rendimentos operacionais:			
Vendas	26	112 173 320	125 799 832
Prestações de serviços	26	2 168 249	2 050 112
Outros rendimentos operacionais	27	634 383	707 103
Total de rendimentos operacionais		<u>114 975 952</u>	<u>128 557 047</u>
Gastos operacionais:			
Gastos em vendas	28	109 841 736	123 497 387
Fornecimentos e serviços externos	29	3 751 951	3 549 502
Gastos com o pessoal	30	786 732	819 625
Amortizações e depreciações	5 e 6	51 300	53 896
Outros gastos operacionais	31	10 150	80 407
Total de gastos operacionais		<u>114 441 869</u>	<u>128 000 817</u>
Resultados operacionais		534 083	556 230
Rendimentos financeiros	32	942 797	1 148 337
Gastos e perdas financeiras	32	981 926	1 337 607
Resultado relativos a empresas do Grupo	33	-	300 000
Resultado antes de impostos		<u>494 954</u>	<u>666 960</u>
Imposto sobre o rendimento	34	489	107 205
Resultado líquido do exercício		<u>494 465</u>	<u>559 755</u>
Resultados por ação:			
Incluindo operações em descontinuação			
Básico	29	<u>0,66</u>	<u>0,75</u>
Diluído	29	<u>0,66</u>	<u>0,75</u>

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado: Rute Daniela das Neves Lopes da Silva Gonçalves

A Gerência: Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos, Luís José Sena de Vasconcelos

ACEMBEX – COMÉRCIO E SERVIÇOS, LDA.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015  
(Montantes expressos em Euro)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Resultado líquido do período	494 465	559 755
Itens que serão reclassificados por resultados		
Variação do justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura	-	-
Variação das diferenças de conversão cambial e outras	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
Itens que não serão reclassificados por resultados		
Variação das reservas de reavaliação	-	-
Outras variações no capital próprio	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
Rendimento reconhecido diretamente no capital próprio	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
Total dos rendimentos e gastos reconhecidos no período	<u><u>494 465</u></u>	<u><u>559 755</u></u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado: Rute Daniela das Neves Lopes da Silva Gonçalves

A Gerência: Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos, Luís José Sena de Vasconcelos

ACEMBEX – COMÉRCIO E SERVIÇOS, LDA.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em Euro)

	Notas	2016	2015
<b><u>ATIVIDADES OPERACIONAIS:</u></b>			
Recebimentos de clientes		113 990 136	128 490 518
Pagamentos a fornecedores		116 730 979	127 140 665
Pagamentos ao pessoal		786 732	825 067
Fluxos gerados pelas operações		(3 527 575)	524 786
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento		(85 694)	(171 658)
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à atividade operacional		291 755	4 143
Fluxos das atividades operacionais (1)		<u>(3 321 514)</u>	<u>357 271</u>
<b><u>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</u></b>			
Recebimentos provenientes de:			
Ativo fixo tangível		61	28
Juros e ganhos similares		1 004 300	1 484 035
Dividendos		-	900 000
Empréstimos concedidos	25	94 110 000	120 315 000
		<u>95 114 361</u>	<u>122 699 063</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		-	-
Ativo fixo tangível		1 385	3 097
Ativo intangível		-	-
Empréstimos concedidos	25	90 200 000	117 910 000
		<u>90 201 385</u>	<u>117 913 097</u>
Fluxos das atividades de investimento (2)		<u>4 912 976</u>	<u>4 785 966</u>
<b><u>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</u></b>			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	25	-	-
		<u>-</u>	<u>-</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		-	2 620 000
Amortizações de contratos de locação financeira		38 663	40 825
Juros e gastos similares		955 686	1 327 034
Dividendos		600 000	1 100 000
		<u>1 594 349</u>	<u>5 087 859</u>
Fluxos das atividades de financiamento (3)		<u>(1 594 349)</u>	<u>(5 087 859)</u>
Varição de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(2 887)	55 378
Caixa e seus equivalentes no início do período	14	<u>186 097</u>	<u>130 719</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do período	14	<u>183 210</u>	<u>186 097</u>

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado: Rute Daniela das Neves Lopes da Silva Gonçalves

A Gerência: Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos, Luís José Sena de Vasconcelos

ACEMBEX – COMÉRCIO E SERVIÇOS, LDA.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em Euro)

Notas	Capital	Reservas		Resultados transitados	Resultado líquido	Total
		Legais	Reavaliação			
Saldo em 1 de janeiro de 2015	750 000	128 381	20 880	85 574	1 143 692	2 128 527
Aplicação do resultado líquido de 2014:						
Transfer. para reserva legal e resultados transitados	-	21 619	-	1 122 073	(1 143 692)	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	(1 100 000)	-	(1 100 000)
Resultado líquido do exercício de 2015	-	-	-	-	559 755	559 755
Saldo em 31 de dezembro de 2015	750 000	150 000	20 880	107 647	559 755	1 588 282
Aplicação do resultado líquido de 2015:						
Transfer. para reserva legal e resultados transitados	-	-	-	559 754	(559 754)	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	(600 000)	-	(600 000)
Resultado líquido do exercício de 2016	-	-	-	-	494 465	494 465
Saldo em 31 de dezembro de 2016	750 000	150 000	20 880	67 401	494 466	1 482 747

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado: Rute Daniela das Neves Lopes da Silva Gonçalves

A Gerência: Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos, Luís José Sena de Vasconcelos

## **ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

ACEMBEX – COMÉRCIO E SERVIÇOS, LDA.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Montantes expressos em Euro)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Acembex – Comércio e Serviços, Lda. (“Empresa” ou “Acembex”), é uma sociedade por quotas, com sede no Porto, constituída em 25 de maio de 1970 e que tem como atividade principal a importação e distribuição de cereais (trigo, milho, arroz, cevada) e de outras matérias-primas para a indústria de rações e alimentar.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresas, mantidos de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (“IFRIC”) ou pelo anterior *Standing Interpretations Committee* (“SIC”) em vigor em 1 janeiro de 2016 tal como adotados pela União Europeia.

2.2. Investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas

As partes de capital em empresas do grupo e associadas são registadas ao custo de aquisição adicionado de eventuais despesas de compra. É feita uma avaliação dos investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registado como gasto as perdas de imparidade que se demonstrem existir.

Os rendimentos resultantes de investimentos financeiros (dividendos recebidos) são registados na demonstração de resultados do exercício em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

2.3. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) encontram-se registados de acordo com a nova base de custo (“deemed cost”), o qual corresponde ao custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até aquela data, deduzido das depreciações acumuladas e de perdas de imparidade.

Os ativos adquiridos após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e de perdas de imparidade.

As depreciações foram calculadas após os bens estarem em condições de serem utilizados e foram imputadas numa base sistemática durante a sua vida útil que foi determinada tendo em conta a utilização esperada do ativo pela Empresa, do desgaste natural esperado e da sujeição a uma previsível obsolescência técnica.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada (anos):

Obras em edifícios	10
Equipamento administrativo	3 a 10
Equipamento de transporte	5

As despesas subsequentes de substituição de componentes de ativos fixos incorridas pela Empresa são adicionadas aos respetivos ativos fixos tangíveis, sendo o valor líquido das componentes substituídas desses ativos abatido e registado como um gasto na rubrica de "Outros gastos operacionais".

As despesas de conservação e reparação que não aumentam a vida útil, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis, são registadas como gasto do exercício em que ocorrem.

As mais ou menos valias resultantes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação, sendo registados pelo valor líquido na demonstração de resultados, como "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais". As perdas resultantes do abate de ativos fixos tangíveis são igualmente registadas pelo seu valor líquido na demonstração de resultados como "Outros gastos operacionais".

#### 2.4. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas de imparidade. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, se a Empresa os puder controlar e se puder medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração de resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento para as quais a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso, e para as quais seja provável que o ativo criado irá gerar benefícios económicos futuros são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram com estes critérios são registadas como gasto do exercício quando incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados como gastos na demonstração de resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Empresa. Nestas situações estes gastos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado o qual corresponde genericamente ao período de três a quatro anos.

Nos casos de marcas e patentes, com vida útil indefinida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

## 2.5. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na demonstração da posição financeira quando a Empresa se torna parte contratual do respectivo instrumento financeiro.

### a) Instrumentos financeiros

#### i) Classificação de ativos financeiros

A Empresa classifica os seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

- Ativos financeiros mensurados ao justo valor através dos resultados: geralmente enquadram-se nesta categoria apenas os derivativos que não cumprem os requisitos definidos no IAS 39 para classificação como instrumentos de cobertura, como tal são classificados como ativos correntes.

- Empréstimos e contas a receber: trata-se de ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e não negociados num mercado ativo. São classificados como ativos correntes, exceto se as suas maturidades excederem os doze meses após data da demonstração da posição financeira, situação na qual são classificados como ativos não correntes. A Empresa classifica nesta categoria as dívidas de clientes e as outras dívidas de terceiros (notas 10 e 12), caixa e equivalentes de caixa (nota 14) e os empréstimos concedidos a partes relacionadas incluídos nas notas 12 e 25.

#### ii) Reconhecimento e mensuração de ativos financeiros

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data da liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de aquisição, que é o valor pago na data de aquisição e que corresponde ao seu justo valor naquela data, acrescido das despesas com aquisição, exceto se se tratarem de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, em que neste caso as despesas com aquisição são reconhecidas nos resultados.

Após o reconhecimento inicial:

- Os ativos financeiros mensurados ao justo valor através dos resultados são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data da demonstração da posição financeira, sendo os ganhos ou as perdas resultantes da alteração do justo valor reconhecidas em resultados.

- Os empréstimos e contas a receber são reconhecidos ao custo amortizado utilizando para o efeito o método da taxa de juro efetiva.

#### iii) Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e os ativos financeiros disponíveis para venda são avaliados quanto à sua imparidade no final de cada exercício, e apenas é registada uma perda de imparidade quando há evidência objetiva da ocorrência de um ou mais eventos passados ocorridos após a data do reconhecimento inicial que impactam diretamente o recebimento dos *cash-flows* futuros.

O montante da perda de imparidade é dado pela diferença entre o valor contabilístico e o valor presente dos *cash-flows* futuros estimados, sendo que o valor do investimento e os resultados são reduzidos por esse montante.



## b) Classificação de instrumentos de capital próprio e passivo financeiro

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independente da forma legal que assumam. Os instrumentos de capital próprio são contratos que evidenciam um interesse residual nos ativos da Empresa após dedução dos passivos.

### i. Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo "custo amortizado". Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são registadas como uma dedução à dívida e reconhecidas ao longo do período de vida desses empréstimos, de acordo com a taxa de juro efetiva. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, e contabilizados na demonstração de resultados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios. Os empréstimos encontram-se divulgados na nota 25.

### ii. Fornecedores e outros credores

Os fornecedores referem-se a obrigações de pagamento perante fornecedores ou instituições financeiras a quem foram dadas ordens de pagamento antecipado a fornecedores ("confirming") resultantes da compra de bens ou serviços que são adquiridos durante o decurso normal das operações de negócio. Os outros credores correntes referem-se aos empréstimos obtidos de partes relacionadas divulgados na nota 20. Estes passivos são classificados como passivos correntes se o pagamento é devido até um ano, caso contrário são apresentados como passivos não correntes. As contas a pagar são reconhecidas inicialmente ao seu justo valor e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efetiva.

## c) Instrumentos financeiros derivados e contabilização de cobertura

Os derivados são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor e mensurados a justo valor nos períodos seguintes. O reconhecimento dos ganhos e perdas do justo valor depende de como o instrumento de cobertura é designado e da natureza do instrumento coberto.

O justo valor dos derivados é determinado tendo por base técnicas de avaliação, que maximizam o uso de dados observáveis (nível 2).

Na maioria dos casos a Empresa designa os seus derivados como cobertura de *cash-flow*, uma vez que visa cobrir fundamentalmente flutuações na taxa de câmbio ou determinado risco associado a uma transação futura altamente provável (normalmente risco de flutuações de taxas de câmbio ou de cotações de matérias-primas inerente a contratos de compra já firmados).

A Empresa documenta na data da contratação a relação existente entre o instrumento de cobertura e o instrumento coberto, bem como documenta nessa data e nas datas seguintes a sua análise relativamente à eficácia da relação de cobertura.

O justo valor dos derivados é divulgado na nota 17. Os movimentos ocorridos na reserva de "Variação de justo valor de instrumentos financeiros" na Demonstração do Resultado Consolidado e do Outro Rendimento Integral são demonstrados na nota 17.

### Cobertura de *cash-flow*

A parcela efetiva das alterações no justo valor dos derivados designados como cobertura de *cash-flow* é reconhecida no capital próprio divulgado na demonstração do rendimento integral. O ganho ou perda da parcela ineficaz é reconhecida imediatamente na demonstração dos resultados.

Os montantes acumulados no capital próprio são reclassificados para resultados nos períodos em que o instrumento coberto afeta os resultados, ou seja, no caso concreto das estratégias de cobertura da Empresa, quando os juros de empréstimos são reconhecidos em resultados ou quando a matéria-prima é consumida, consoante o propósito da cobertura.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco de alteração de valor insignificante.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de "Empréstimos bancários", na demonstração da posição financeira.

e) Compensação de ativos com passivos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apenas compensados quando existe um direito de cumprimento obrigatório para compensar as quantias reconhecidas e existe a intenção de realizar o ativo e satisfazer o passivo numa base líquida.

## 2.6. Locações

A classificação sobre se um acordo é (ou contém) uma locação é baseada na substância e não na forma do acordo na data do início do acordo, que é a data mais antiga entre a data do acordo e a data do compromisso pelas partes em relação aos principais termos do acordo. O acordo é (ou contém) uma locação se o cumprimento do acordo está dependente do uso de um ativo ou ativos específicos e o acordo transmite um direito de usar o ativo, mesmo que tal não esteja explicitamente indicado no acordo.

A locação por referência à data de início do acordo é classificada como financeira ou operacional. Os contratos de locação relativamente aos quais a Empresa assume substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo locado são classificados como locações financeiras.

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como ativo e passivo pelo menor do justo valor da propriedade locada ou do valor atual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas pelo custo financeiro e pela amortização do capital de modo a determinar uma taxa de juro constante sobre o passivo remanescente. Os custos financeiros são imputados aos gastos financeiros na demonstração de resultados.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração de resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

## 2.7. Inventários

As mercadorias encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição, que inclui o preço de fatura e todas as despesas até à sua entrada em armazém, o qual é inferior ao respetivo valor de mercado.

As perdas acumuladas de imparidade para depreciação de existências refletem a diferença entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido de mercado das existências, bem como a estimativa de perdas de imparidade por baixa rotação, obsolescência e deterioração.

## 2.8. Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

## 2.9. Imparidade dos ativos não correntes

É efetuada uma avaliação de imparidade à data de cada demonstração da posição financeira e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração.

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido, é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas de imparidade é reconhecida na demonstração de resultados. Contudo, a reversão da perda de imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda de imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

## 2.10. Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

## 2.11. Rédito e especialização de exercícios

Os ganhos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos ganhos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os ganhos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data da demonstração da posição financeira.

Os juros e ganhos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e de acordo com a taxa de juro efetiva aplicável.

Os gastos e ganhos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e ganhos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de "Outros ativos correntes" e "Outros passivos correntes", são registados os gastos e os ganhos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

## 2.12. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis da Empresa e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis (os quais diferem dos resultados contabilísticos) da Empresa de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sua sede.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Empresa estão sujeitas a revisão e correção por parte da Administração Tributária durante um período de quatro anos e deste modo, a situação fiscal dos anos de 2013 a 2016 poderá ainda a vir a ser sujeita a revisão e eventuais correções. A Gerência entende que eventuais correções resultantes de revisão por parte da Administração Tributária à situação fiscal e parafiscal da Empresa, em relação aos exercícios em aberto, não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

A Empresa está integrada no grupo de sociedades dominado pela SIEL, SGPS, S.A. (acionista da RAR – Sociedade de Controle (Holding), S.A.) tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupo de Sociedades (RETGS).

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. Na data de cada demonstração da posição financeira é efetuada uma reapreciação das diferenças subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de reconhecer ativos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e, ou, para reduzir o montante dos impostos diferidos ativos registados em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou ganho do exercício, exceto se resultarem de itens registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

## 2.13. Classificação da demonstração da posição financeira

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

Adicionalmente, pela sua natureza, os impostos diferidos ativos e as provisões para riscos e encargos são classificados como ativos e passivos não correntes.

#### 2.14. Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

As transações em outras divisas que não Euro, são registadas às taxas em vigor na data da transação. Em cada data da demonstração da posição financeira, os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data. Ativos e passivos não monetários registados de acordo com o seu justo valor denominado em moeda estrangeira são transpostos para Euros utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, dessas mesmas transações, são registadas como ganhos e gastos na demonstração de resultados do exercício, exceto aquelas relativas a itens não monetários cuja variação de justo valor seja registada diretamente em capital próprio.

#### 2.15. Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

#### 2.16. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira ("adjusting events") são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira ("non adjusting events"), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

#### 2.17. Indemnizações pela cessação por mútuo acordo de contratos de trabalho

Os encargos associados a indemnizações pagas a trabalhadores pela cessação por mútuo acordo de contratos de trabalho são registados no exercício em que o respetivo acordo é concluído. Caso o acordo não seja assinado no mesmo período em que produz efeitos, é constituída uma provisão para fazer face às responsabilidades assumidas pela Empresa.

#### 2.18. Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 incluem:

- a) Vidas úteis do ativo fixo tangível e intangível;
- b) Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis; e
- c) Registo de ajustamentos aos valores do ativo e provisões.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8.

### 3. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

A atividade da Empresa encontra-se exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de crédito e o risco de liquidez. Estes riscos resultam da incerteza subjacente aos mercados financeiros, a qual se reflete na capacidade de projeção de fluxos de caixa e rendibilidades. A política de gestão dos riscos financeiros da Empresa, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes destas incertezas características dos mercados financeiros, recorrendo em determinadas situações a instrumentos derivados de cobertura.

#### 3.1. Risco de mercado

##### a) Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro é essencialmente resultante de endividamento indexado a taxas variáveis.

O endividamento da Empresa encontra-se sobretudo indexado a taxas de juro variáveis, expondo o custo da dívida a um risco de volatilidade. O impacto dessa volatilidade nos resultados e no capital próprio da Empresa não é significativo em virtude do relativo baixo nível de endividamento.

A 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Empresa apresenta um endividamento de aproximadamente 114 milhares de Euros e 157 milhares de Euros, respetivamente, divididos entre empréstimos correntes e não correntes (nota 16) contratados junto de diversas instituições.

Os excedentes de tesouraria que derivam da atividade são aplicados na empresa-mãe a uma taxa de juro indexada a Euribor (nota 12).

##### b) Análise de sensibilidade de taxa de juro

A análise de sensibilidade abaixo foi determinada com base na exposição da Empresa a variações na taxa de juro em instrumentos financeiros tendo por referência a estimativa de endividamento médio em 2016. Para os instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis, a análise foi preparada considerando-se que as alterações nas taxas de juros de mercado apenas afetam o ganho ou gasto financeiro dos mesmos.

Se a Euribor tivesse sido 50 pontos base superior e as restantes variáveis mantidas constantes, o resultado financeiro do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 viria aumentado em cerca de 205.649 Euros.

##### c) Risco de taxa de câmbio

Na sua atividade operacional, a Empresa realiza transações diversas expressas em outras moedas que não Euro. Este risco de taxa de câmbio resulta essencialmente de transações comerciais, decorrentes da compra e venda de produtos e serviços em moeda diferente da moeda funcional da Empresa.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio de transação da Empresa procura minimizar ou eliminar esse risco, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados da mesma a flutuações cambiais. Sempre que possível, a Empresa procura realizar coberturas naturais dessas exposições cambiais, compensando os créditos concedidos e os créditos recebidos expressos na mesma divisa. Quando tal não é possível, recorre-se a outros instrumentos derivados de cobertura, fundamentalmente "forwards" de taxas de câmbio.

Nos casos em que os instrumentos derivados de cobertura, embora contratados com o objetivo específico de cobertura dos riscos cambiais, não se enquadram nos requisitos

definidos no IAS 39 para classificação como instrumentos de cobertura, as variações do justo valor afetam diretamente a demonstração dos resultados.

#### d) Risco de preço

O Risco de mercado da Acembex poderá situar-se ao nível da volatilidade dos preços das matérias-primas que transaciona. Esta empresa, no entanto neutraliza este risco através da adoção dos seguintes procedimentos:

- Aquisição e venda das referidas matérias-primas efetuadas em simultâneo, na grande maioria das transações;
- Transações efetuadas ao abrigo de contratos internacionais, nomeadamente GAFTA ("Grain and Feed Trade Association") e INCOGRAIN.

### 3.2. Risco de crédito

A exposição da Empresa ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional. O risco de crédito refere-se ao risco da contraparte incumprir com as suas obrigações contratuais, resultando uma perda para a Empresa.

O risco de crédito decorrente da atividade operacional está essencialmente relacionado com dívidas de vendas realizadas e serviços prestados a clientes (nota 10). A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro da Empresa. Este risco é monitorizado numa base regular de negócio, sendo que o objetivo da gestão é (a) limitar o crédito concedido a clientes, considerando o prazo médio de recebimento de cada cliente, (b) monitorar a evolução do nível de crédito concedido, e (c) realizar análise de imparidade aos valores a receber numa base regular.

A Empresa não apresenta risco de crédito significativo com algum cliente em particular, ou com algum grupo de clientes com características semelhantes, na medida em que as contas a receber estão repartidas por diversos clientes, diferentes negócios e diferentes áreas geográficas. A Empresa obtém garantias de crédito, sempre que a situação financeira do cliente assim o recomende. Para os clientes em que o risco de crédito o justifique, essas garantias consubstanciam-se em seguros de crédito e garantias bancárias.

Os ajustamentos para contas a receber são calculados considerando-se (a) o perfil de risco do cliente, (b) o prazo médio de recebimento, o qual difere de negócio para negócio, e (c) a condição financeira do cliente. Os movimentos destes ajustamentos para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2016 e 2015 encontram-se divulgados na nota 22.

A 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Empresa considera que não existe a necessidade de perdas de imparidade adicionais para além dos montantes registados naquelas datas e evidenciados, de forma resumida, na nota 22.

Os montantes relativos aos ativos financeiros apresentados nas demonstrações financeiras, os quais se encontram líquidos de imparidades, representam a máxima exposição da Empresa ao risco de crédito.

### 3.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade para liquidar ou cumprir as obrigações no prazo estipulado e a um preço razoável. A existência de liquidez implica que sejam definidos parâmetros de gestão dessa liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa liquidez de forma segura e eficiente.

A gestão do risco de liquidez da Empresa tem por objetivo:

- Liquidez – garantir o acesso permanente e de forma eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos corretos nas respetivas datas de vencimento;
- Segurança – minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e
- Eficiência financeira – garantir a minimização do custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

A Empresa tem como política compatibilizar os prazos de vencimento de ativos e passivos, gerindo as respetivas maturidades de forma equilibrada.

Por política, gerindo a sua exposição ao risco liquidez, a Empresa assegura a contratação de instrumentos e facilidades de crédito de diversas naturezas e em montantes adequados à especificidade das suas necessidades, garantindo níveis confortáveis de folga de liquidez. Também por política, essas facilidades são contratadas sem envolver concessão de garantias. A informação constante neste anexo inclui os montantes em dívida não descontados e os prazos de vencimento foram determinados com base na data mais próxima em que a Empresa pode ser solicitada a liquidar aqueles passivos (“worst case scenario”), no pressuposto do cumprimento de todos os requisitos contratualmente definidos.

#### 4. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORRECÇÃO DE ERROS FUNDAMENTAIS

Durante o exercício não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

Relativamente a novas normas e interpretações, ocorreram as seguintes emissões, revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações:

##### 4.1. Revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações endossadas pela EU com efeitos nas políticas contabilísticas e divulgações adotadas pela Empresa a partir de 1 de janeiro de 2016:

#### **IFRS 10, IFRS 12 e à IAS 28: Entidades de investimento: Aplicação da exceção de consolidação**

As alterações à IFRS 10 clarificam que uma entidade de investimento não necessita preparar demonstrações financeiras consolidadas se e só se a sua mãe for também uma entidade de investimento que prepare demonstrações financeiras nas quais as subsidiárias sejam mensuradas ao justo valor.

Adicionalmente, clarifica-se que apenas uma subsidiária de uma entidade de investimento que não seja ela própria uma entidade de investimentos, fornecendo serviços de apoio à entidade de investimento, é consolidada – todas as restantes subsidiárias são mensuradas ao justo valor.

As alterações à IAS 28 clarificam que uma entidade que não seja uma entidade de investimento e que aplique o método de equivalência patrimonial na valorização de associadas ou joint ventures que sejam entidades de investimento pode manter a valorização ao justo valor destas entidades nas suas subsidiárias.

#### **IAS 27: Método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas**

O objetivo destas alterações é permitir a opção de usar o método da equivalência patrimonial na mensuração de subsidiárias e associadas em contas separadas. As opções de mensuração da IAS 27 para reconhecer investimentos em subsidiárias, *joint-ventures* a associadas passam a ser: (i)



custo, (ii) em conformidade com o IFRS 9 (ou IAS 39) ou (iii) método da equivalência patrimonial, devendo ser aplicada a mesma contabilização para cada categoria de investimentos.

Consequentemente foi também efetuada uma alteração na IFRS 1 - Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro com vista a permitir a quem adote as IFRS pela primeira vez e use a equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas possa também usufruir da isenção relativas a combinações de negócios passadas na mensuração inicial do investimento.

### **IAS 1: Clarificações sobre divulgações no relato financeiro**

As alterações à IFRS, incluem alterações aos conceitos de Materialidade, Informação a ser apresentada nas demonstrações financeiras, Estrutura das Notas e Divulgações.

### **IAS 16 e à IAS 38: Clarificação sobre os métodos de cálculo de depreciação e amortização permitidos**

As alterações esclarecem que o princípio incluído nas normas é o de que os rendimentos refletem um padrão de benefícios económicos que são gerados a partir da exploração de um negócio (do qual o ativo faz parte) e, portanto, não refletem os benefícios económicos que são consumidos através do uso do ativo. Assim, a proporção de rendimentos gerados em relação aos rendimentos totais previstos gerar não pode ser usada para depreciar os bens do ativo imobilizado só podendo ser utilizada, em circunstâncias muito limitadas, para amortizar ativos intangíveis.

### **IFRS 11: Contabilização da aquisição de participações em operações conjuntas**

As emendas exigem que uma entidade que adquira uma participação numa operação conjunta em que a atividade dessa operação constitua um negócio, aplique, na proporção da sua quota-parte, todos os princípios sobre combinações de negócios constantes da IFRS 3 – Combinações de Negócios e outras IFRS que não conflituem com a IFRS 11 e faça as correspondentes divulgações exigidas por tais normas relativamente a combinações de negócios.

As emendas também se aplicam se na formação da operação conjunta a entidade tiver contribuído com um negócio.

No caso de uma aquisição de uma participação adicional numa operação conjunta em que a atividade da operação conjunta constitua um negócio, a participação anteriormente detida não deve ser remensurada se o operador mantiver o controlo conjunto.

### **IAS 16 e à IAS 41: Plantas que geram produto agrícola**

As alterações à IAS 16 – Ativos fixos tangíveis e IAS 41 - Agricultura alteram o âmbito da IAS 16 para nela incluir ativos biológicos que satisfaçam a definição de plantas que geram produto agrícola (por exemplo, árvores de fruto). Em resultado das alterações, as plantas que geram produto agrícola passam a estar sujeitas a todos os requisitos de reconhecimento e mensuração da IAS 16, incluindo a escolha entre o modelo de custo e o modelo de revalorização e os subsídios do governo relativos a estas plantas passam a ser contabilizados de acordo com a IAS 20 e não de acordo com a IAS 41. A produção agrícola que cresce em plantas que geram produto agrícola (por exemplo, a fruta que cresce numa árvore) permanecerá no âmbito do IAS 41.

### **Melhorias anuais relativas ao ciclo 2012-2014**

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2012-2014, o IASB introduziu cinco melhorias em quatro normas cujos resumos se apresentam de seguida:

## **IFRS 5 – Ativos não correntes detidos para venda e Operações descontinuadas**

Esta melhoria clarifica que a alteração de ativos não correntes detidos para distribuição a detentores de capital para ativos não correntes detidos para venda e vice-versa não determinam a alteração do plano devendo ser consideradas como uma continuação do plano original do ativo, e, portanto, não há interrupção dos requisitos exigidos pela IFRS 5. A aplicação deve ser prospectiva.

## **IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações**

Elimina alguns requisitos de divulgações em demonstrações financeiras intercalares. Adicionalmente, clarifica que quando uma entidade transfere um ativo financeiro pode reter o direito à prestação de um serviço em relação ao ativo financeiro mediante uma determinada quantia pré-determinada, por exemplo um contrato de manutenção, e que, nestas circunstâncias, para efeitos de determinar quais as divulgações a efetuar, deve ser analisado o envolvimento continuado que resulta de tal contrato. Não é necessário aplicar as alterações para qualquer período apresentado que comece antes do período anual no qual as alterações são aplicadas pela primeira vez. Esta isenção é aplicável também a entidades que apliquem as IFRS pela primeira vez. A aplicação deve ser retrospectiva.

## **IAS 19 – Benefícios de Empregados**

Esta melhoria clarifica que a taxa de desconto deve ser determinada tendo em conta obrigações de alta qualidade existentes num mercado regional que partilhe a mesma moeda (ex.: Eurozone) e não nos mercados onde as obrigações foram emitidas. Quando não há mercado ativo para obrigações de alta qualidade existentes num mercado regional que partilhe a mesma moeda podem ser usadas obrigações emitidas pelo Governo. Esta melhoria aplica-se desde o início do primeiro período de comparação apresentado nas primeiras demonstrações financeiras às quais a entidade aplique a emenda. Qualquer ajustamento inicial resultante da aplicação da emenda deve ser reconhecido nos resultados retidos no início desse período.

## **IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar**

As divulgações relativas a eventos e transações significativas passam a poder ser efetuadas, indistintamente, diretamente nas demonstrações financeiras intercalares ou por referência cruzada para outros documentos de prestação de contas (ex.: Relatório de gestão ou relatório de risco). No entanto, considera-se que as demonstrações financeiras de intercalares estão incompletas se os respetivos utilizadores não tiverem acesso, nos mesmos termos e ao mesmo tempo, à informação incluída por referência cruzada. A aplicação deve ser retrospectiva.

Da aplicação destas normas e interpretações não foram registados impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Empresa.

- 4.2. As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de Janeiro de 2017 ou posteriores e que a Empresa não adotou antecipadamente são as seguintes:

## **IFRS 9 Instrumentos financeiros - Classificação e mensuração de ativos financeiros**

Inclui novas regras sobre a classificação e mensuração de ativos financeiros, na qual se prevê a existência de duas categorias de mensuração: o custo amortizado e o justo valor. Todos os ativos financeiros são mensurados ao justo valor na data do reconhecimento inicial, ajustado pelos custos de transação no caso de os instrumentos não serem contabilizadas pelo valor justo através de resultado. Um instrumento financeiro é mensurado ao custo amortizado apenas quando a empresa o detém para receber *cash-flows* contratuais e os *cash-flows* representam o nominal e

os juros. Caso contrário, os instrumentos financeiros são valorizados ao justo valor por via de resultados.

A norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada.

### **IFRS 15 Rédito de contratos com clientes**

Esta norma aplica-se a todos os rendimentos provenientes de contratos com clientes substituindo as seguintes normas e interpretações existentes: IAS 11 - Contratos de Construção, IAS 18 – Rendimentos, IFRIC 13 - Programas de Fidelização de Clientes, IFRIC 15 - Acordos para a construção de imóveis, IFRIC 18 - Transferências de ativos de clientes e SIC 31 - Receitas - Operações de permuta envolvendo serviços de publicidade). Esta norma realça os princípios que uma entidade deve aplicar quando efetua a mensuração e o reconhecimento do rédito. O princípio base é de que uma entidade deve reconhecer o rédito por um montante que reflita a consideração que ela espera ter direito em troca dos bens e serviços prometidos ao abrigo do contrato. A norma deve ser aplicada em exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada.

Da aplicação destas normas e interpretações não são esperados impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Empresa.

#### 4.3. As normas e Interpretações emitidas pelo IASB mas ainda não endossadas pela União Europeia

**IFRS 14** - Contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas.

**IFRS 16** – Locações.

**IFRS 10 e IAS 28** - Venda ou entrega de ativos por um investidor à sua associada ou empreendimento conjunto.

**IAS 12** - Reconhecimento de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas (alteração)

**IAS 7** – Demonstração dos Fluxos de Caixa (alteração)

**IFRS 15** – Rédito de contratos com clientes (clarificações)

**IFRS 2** – Pagamento com base em ações (clarificações)

**IFRS 4** - Contratos de seguro (alteração)

**IFRIC 22** - Transações em moeda estrangeira e adiantamento da consideração

**IAS 40** - Transferências de propriedades de investimento (alteração)

### **Melhorias anuais relativas ao ciclo 2014-2016**

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2014-2016, o IASB introduziu cinco melhorias em três normas cujos resumos se apresentam de seguida:

#### **IFRS 1 - Adoção pela primeira vez das IFRS**

Melhoria que visa eliminar a isenção de curto prazo prevista para os adotantes pela primeira vez nos parágrafos E3-E7 da IFRS 1, porque já serviu o seu propósito

**IAS 28** - Clarificação de que a mensuração de participadas ao justo valor através de resultados é uma escolha que se faz investimento a investimento

**IFRS 12 - Divulgações de interesses em outras entidades**

5. ATIVO FIXO TANGÍVEL

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o movimento ocorrido no valor do ativo fixo tangível, bem como nas respectivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

	2016					
	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
<b>Ativo bruto:</b>						
Saldo inicial	77 710	262 124	45 070	-	-	384 904
Adições	-	-	4 864	-	-	4 864
Alienações	-	-	(3 479)	-	-	(3 479)
Abates	-	-	-	-	-	-
Saldo final	77 710	262 124	46 455	-	-	386 289
<b>Depreciações acumuladas:</b>						
Saldo inicial	70 850	108 723	33 301	-	-	212 874
Depreciações do exercício	1 229	46 320	3 751	-	-	51 300
Alienações	-	-	(3 479)	-	-	(3 479)
Abates	-	-	-	-	-	-
Saldo final	72 079	155 043	33 573	-	-	260 695
<b>Valor líquido</b>	5 631	107 081	12 882	-	-	125 594

	2015					
	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
<b>Ativo bruto:</b>						
Saldo inicial	77 710	233 924	44 302	-	-	355 936
Adições	-	28 200	3 865	-	-	32 065
Reavaliações	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	(3 097)	-	-	(3 097)
Abates	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldo final	77 710	262 124	45 070	-	-	384 904
<b>Depreciações acumuladas:</b>						
Saldo inicial	69 621	60 156	32 298	-	-	162 075
Depreciações do exercício	1 229	48 567	4 100	-	-	53 896
Perdas de imparidade do exercício	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	(3 097)	-	-	(3 097)
Abates	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldo final	70 850	108 723	33 301	-	-	212 874
<b>Valor líquido</b>	6 860	153 401	11 769	-	-	172 030

O saldo de "Edifícios e outras construções" respeita a despesas com obras em edifício utilizado pela Empresa na sua atividade, arrendado a empresa do grupo onde se insere.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o valor líquido contabilístico dos bens adquiridos com o recurso a locação financeira totalizava:

	<u>31.12.16</u>	<u>31.12.15</u>
Equipamento de transporte	153 401	169 171
	<u>153 401</u>	<u>169 171</u>

Em 31 de dezembro de 2016, a Empresa não tinha hipotecado ou penhorado quaisquer ativos fixos tangíveis como garantia de empréstimos bancários concedidos à Empresa.

## 6. ATIVO INTANGÍVEL

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não ocorreram movimentos no ativo intangível, sendo o valor bruto igual às amortizações acumuladas, 15.743 euros e refere-se a software.

## 7. INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 esta rubrica incluía a seguinte participação:

Empresa	Sede social	2016		2015	
		Percentagem do capital detido	Valor de aquisição	Percentagem do capital detido	Valor de aquisição
Acembex España, S.L.	Vigo – Espanha	100,00	10 000	100,00	10 000

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os principais indicadores desta empresa eram como segue:

Empresa	2016		2015	
	Capital próprio	Resultado líquido	Capital próprio	Resultado líquido
Acembex España, S.L.	101 836	89 110	327 244	199 587

## 8. IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe dos impostos diferidos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

	Impostos diferidos ativos	
	2016	2015
Outras diferenças temporárias - SIFIDE	82 456	82 456
	<u>82 456</u>	<u>82 456</u>

O movimento ocorrido nos impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foi como segue:

	<b>Impostos diferidos ativos</b>	
	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Saldo inicial	82 456	305 434
Efeito em resultados (nota 34):		
Diferença na base tributável do ativo fixo tangível	-	-
Outras diferenças temporárias	60 484	(222 978)
Sub-total	60 484	(222 978)
Saldo final	142 940	82 456

## 9. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<b>31.12.16</b>	<b>31.12.15</b>
Mercadorias	4 513 563	2 341 943
	4 513 563	2 341 943

## 10. CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica "Clientes" tinha a seguinte composição:

	<b>31.12.16</b>	<b>31.12.15</b>
Cientes, conta corrente (nota 25)	2 816 357	2 464 924
Cientes cobrança duvidosa	-	-
	2 816 357	2 464 924
Perdas por imparidade acumuladas em contas de clientes (nota 22)	-	-
	2 816 357	2 464 924

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a antiguidade destes saldos é como segue:

	<b>31.12.16</b>	<b>31.12.15</b>
Saldo não vencido	2 521 021	2 076 216
Saldo vencido		
Entre 0 e 90 dias	270 393	373 760
Entre 90 e 180 dias	-	14 948
Há mais de 180 dias	24 943	-
	2 816 357	2 464 924

## 11. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS (ATIVO)

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica "Estado e outros entes públicos" tinha a seguinte composição:

	<b>31.12.16</b>	<b>31.12.15</b>
Imposto sobre o valor acrescentado	99 693	232 678
Imposto sobre o rendimento	-	-
	<u>99 693</u>	<u>232 678</u>

## 12. OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica "Outras dívidas de terceiros" tinha a seguinte composição:

	<b>31.12.16</b>	<b>31.12.15</b>
Outros devedores	698 200	490 712
Adiantamentos a fornecedores	46 298	7 000
Empresas do Grupo (nota 25)	46 356 227	50 251 065
	<u>47 100 725</u>	<u>50 748 777</u>

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a antiguidade destes saldos é como segue:

	<b>31.12.16</b>	<b>31.12.15</b>
Saldo não vencido	47 100 725	50 748 777
Saldo vencido		
Entre 0 e 90 dias	-	-
Entre 90 e 180 dias	-	-
Há mais de 180 dias	-	-
	<u>47 100 725</u>	<u>50 748 777</u>

A exposição da Empresa ao risco de crédito é atribuível às contas a receber da sua atividade operacional.

A Gerência entende que o valor contabilístico das contas a receber é próximo do seu justo valor.

## 13. OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<b>31.12.16</b>	<b>31.12.15</b>
Indemnização de seguros		
Seguros pagos antecipadamente	9 236	61 651
Rendas pagas antecipadamente	3 921	3 921
Outros acréscimos de rendimentos	105 886	65 001
Pessoal	1 046	1 046
Outros gastos diferidos	132 036	143 310
	<u>252 125</u>	<u>274 929</u>

#### 14. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o detalhe de caixa e seus equivalentes era o seguinte:

	<b>31.12.16</b>	<b>31.12.15</b>
Numerário	1 000	1 000
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	182 210	185 097
Caixa e equivalentes de caixa	<u>183 210</u>	<u>186 097</u>

A rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende os valores de caixa, depósitos imediatamente mobilizáveis.

#### 15. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social está representado por duas quotas com o valor nominal de 712.500 Euros e 37.500 Euros, respetivamente.

A Empresa é detida em 95% pela RAR – Sociedade de Controle (Holding), S.A. e em 5% pela RAR – Refinarias de Açúcar Reunidas, S.A..

A rubrica “Reservas de reavaliação” resulta da reavaliação do ativo fixo tangível efetuada nos termos da legislação aplicável. De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, estas reservas não são distribuíveis aos sócios podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizadas em futuros aumentos de capital da Empresa ou em situações específicas na legislação.

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, podendo ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas ou incorporada no capital.

#### 16. CREDORES POR LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<b>Pagamentos mínimos da locação financeira</b>		<b>Valor presente dos pagamentos mínimos da locação financeira</b>	
	<b>31.12.16</b>	<b>31.12.15</b>	<b>31.12.16</b>	<b>31.12.15</b>
Montantes a pagar por locações financeiras:				
2015	-	47 096	-	43 374
2016	46 886	47 096	44 458	44 290
2017	41 351	41 473	40 026	39 979
2018	27 123	27 162	26 745	26 768
2019	3 071	3 071	3 054	3 054
2020	-	-	-	-
	<u>118 431</u>	<u>165 898</u>	<u>114 283</u>	<u>157 465</u>
Juros futuros	(4 148)	(8 433)	-	-
	<u>114 283</u>	<u>157 465</u>	<u>114 283</u>	<u>157 465</u>
Componente de curto prazo			<u>(44 458)</u>	<u>(43 374)</u>
Credores por locações financeiras – líquidos da parcela de curto prazo			<u>69 825</u>	<u>114 091</u>

Os contratos de locação financeira respeitam a equipamento de transporte.



Os contratos de locação financeira vencem juros a taxas de mercado e têm períodos de vida definidos.

Em 31 de dezembro de 2016, o justo valor das obrigações financeiras em contratos de locação financeira corresponde, aproximadamente, ao seu valor contábilístico.

As obrigações financeiras por locações são garantidas pela reserva de propriedade dos bens locados.

No quadro acima entende-se que a diferença entre os pagamentos mínimos de locação financeira (somatório das rendas futuras) e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação financeira (somatório das rendas futuras excluindo o montante de juros) corresponde ao valor de juros a pagar.

## 17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

### Derivados de taxa de câmbio

A Empresa utilizou, durante os exercícios de 2016 e 2015, derivados de taxa de câmbio por forma a efetuar a cobertura de fluxos de caixa futuros.

Desta forma, contrataram-se diversos "forwards" de taxa de câmbio, e opções de compra e venda de divisas, de forma a gerir o risco de taxa de câmbio a que está exposta.

Face à natureza e montantes destas operações e ao objetivo das mesmas, o impacto nas demonstrações financeiras não foi materialmente relevante.

## 18. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<b>31.12.16</b>	<b>31.12.15</b>
Fornecedores, conta corrente (nota 25)	49 899 086	52 154 073
Fornecedores, faturas em receção e conferência	2 517 814	1 228 499
	<u>52 416 900</u>	<u>53 382 572</u>

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a antiguidade destes saldos é como segue:

	<b>31.12.16</b>	<b>31.12.15</b>
Até 3 meses	29 311 076	27 389 022
Entre 3 e 4 meses	6 874 479	9 130 142
Há mais de 4 meses	16 231 345	16 863 408
	<u>52 416 900</u>	<u>53 382 572</u>

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 esta rubrica respeitava a valores a pagar resultantes de aquisições decorrentes do curso normal das atividades da Empresa.

## 19. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS (PASSIVO)

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica "Estado e outros entes públicos" tinha a seguinte composição:

	<b>31.12.16</b>	<b>31.12.15</b>
Imposto sobre o valor acrescentado	691 165	843 104
Imposto sobre o rendimento	-	-
Contribuições para a segurança social	10 751	12 218
Retenções de imposto sobre o rendimento	13 161	30 939
	<u>715 077</u>	<u>886 261</u>

## 20. OUTROS CREDORES

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica "Outros credores" tinha a seguinte composição:

	<b>31.12.16</b>	<b>31.12.15</b>
Empresas do Grupo (nota 25)	55 244	85 694
Outros credores	9 232	1 072
	<u>64 476</u>	<u>86 766</u>

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a antiguidade das dívidas vencidas é como segue:

	<b>31.12.16</b>	<b>31.12.15</b>
Saldo não vencido	64 476	86 766
	<u>64 476</u>	<u>86 766</u>

## 21. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<b>31.12.16</b>	<b>31.12.15</b>
Acéscimos de gastos:		
Remunerações a liquidar	169 981	140 954
Trabalhos especializados	5 274	5 627
Encargos financeiros a pagar	14 105	13 243
Outros gastos a pagar	82 902	74 202
Rendimentos diferidos:		
Outros rendimentos diferidos	178 462	178 462
	<u>450 724</u>	<u>412 488</u>

## 22. PROVISÕES E PERDAS DE IMPARIDADE ACUMULADAS

Nos exercícios de 2016 e 2015 a empresa não registou nas contas provisões nem perdas de imparidade.

## 23. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

	<u>31.12.16</u>	<u>31.12.15</u>
Garantias prestadas		
Union Invivo	-	1 200 000
C.P - Caminhos de Ferro	24 940	24 940
Toepfer	-	3 000 000
Nidera	1 000 000	-
	<u>1 024 940</u>	<u>4 224 940</u>

As responsabilidades por garantias prestadas respeitam a importações de mercadorias.

## 24. COMPROMISSOS ASSUMIDOS E NÃO REFLECTIDOS NA DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de dezembro de 2016 a Empresa não tinha assumido compromissos não refletidos na demonstração da posição financeira.

## 25. PARTES RELACIONADAS

Os saldos e transações efetuados com entidades relacionadas durante os exercícios de 2016 e 2015 podem ser detalhados como segue:

	<b>Compras e serviços obtidos</b>			
<b>Transações</b>	<u>31.12.16</u>	<u>31.12.15</u>		
Centrar - Centro de Serviços de Gestão, S.A.	209 355	199 481		
Comp-RAR – Central de Compras, S.A.	57	277		
RAR Imobiliária, S.A.	47 377	47 052		
RAR – Refin. de Açúcar Reunidas, S.A.	685 778	394 820		
RAR – Serv. de Assistência Clínica, Lda.	9 633	7 254		
RAR – Soc. de Controle (Holding), S.A.	246 136	218 850		
	<u>1 198 336</u>	<u>867 734</u>		

	<b>Juros debitados</b>		<b>Juros suportados</b>	
<b>Transações</b>	<u>31.12.16</u>	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.16</u>	<u>31.12.15</u>
Acembex España, S.L.	-	-	-	7 515
RAR – Soc. de Controle (Holding), S.A.	941 196	1 136 285	-	-
	<u>941 196</u>	<u>1 136 285</u>	<u>-</u>	<u>7 515</u>

	<b>Empréstimos concedidos</b>	
<b>Saldos</b>	<u>31.12.16</u>	<u>31.12.15</u>
RAR – Soc. de Controle (Holding), S.A.	45 600 000	49 510 000
	<u>45 600 000</u>	<u>49 510 000</u>

	<b>Outras dívidas a receber</b>		<b>Outras dívidas a pagar</b>	
<b>Saldos</b>	<u>31.12.16</u>	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.16</u>	<u>31.12.15</u>
RAR – Soc. de Controle (Holding), S.A.	450 214	469 641	-	-
SIEL, SGPS, S.A.	306 013	271 424	55 244	85 694
	<u>756 227</u>	<u>741 065</u>	<u>55 244</u>	<u>85 694</u>

<b>Saldos</b>	<b>Contas a receber</b>		<b>Contas a pagar</b>	
	<b>31.12.16</b>	<b>31.12.15</b>	<b>31.12.16</b>	<b>31.12.15</b>
Acembex España, S.L.	110 085	22 500	41 704	20 750
COMP-RAR-Central de compras, S.A.	5	34	-	-
RAR - Refinarias de Açúcar Reunidas, S.A.	-	-	101 478	61 984
RAR - Serviços de Assistência Clínica, Lda.	-	-	460	132
RAR - Sociedade de Controle (Holding), S.A.	-	-	6 379	320
RASO – Viagens e Turismo, S.A.	-	-	731	82
	<u>110 090</u>	<u>22 534</u>	<u>150 752</u>	<u>83 268</u>

Adicionalmente, os movimentos ocorridos nos empréstimos concedidos, podem ser resumidos como segue:

	<b>Saldo 31.12.15</b>	<b>Aumentos</b>	<b>Diminuições</b>	<b>Saldo 31.12.16</b>
<b>Empréstimos concedidos:</b>				
RAR – Sociedade de Controle (Holding), S.A.	49 510 000	90 200 000	(94 110 000)	45 600 000
	<u>49 510 000</u>	<u>90 200 000</u>	<u>(94 110 000)</u>	<u>45 600 000</u>

A remuneração da Gerência pode ser decomposta como segue:

	<b>31.12.16</b>	<b>31.12.15</b>
Remuneração fixa	71 750	71 750
Remuneração variável	17 040	17 657
	<u>88 790</u>	<u>89 407</u>

## 26. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

As vendas e as prestações de serviços nos exercícios de 2016 e 2015 foram como segue:

	<b>31.12.16</b>	<b>31.12.15</b>
Vendas:		
Mercado interno	108 962 739	123 595 737
Mercado intracomunitário	3 210 581	2 204 095
	<u>112 173 320</u>	<u>125 799 832</u>
Prestações de serviços:		
Mercado interno	2 168 249	2 050 112
	<u>2 168 249</u>	<u>2 050 112</u>
	<u>114 341 569</u>	<u>127 849 944</u>

## 27. OUTROS RENDIMENTOS OPERACIONAIS

A repartição dos outros rendimentos operacionais nos exercícios de 2016 e 2015 é a seguinte:

	<b>31.12.16</b>	<b>31.12.15</b>
Ganhos suplementares	568 995	576 534
Ganhos na alienação de ativo fixo tangível	61	28
Diferenças de câmbio favoráveis	2 526	3 919
Juros de mora	62 399	120 932
Outros	402	5 690
	<u>634 383</u>	<u>707 103</u>

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, encontram-se registados na rubrica "Ganhos suplementares" os valores de ganhos inerentes à prestação de serviços de logística, relacionados com a atividade comercial da empresa.

## 28. GASTO DAS VENDAS

O gasto das mercadorias vendidas, nos exercícios de 2016 e 2015, foi determinado como se segue:

	<b>31.12.16</b>	<b>31.12.15</b>
Saldo inicial	2 341 943	7 986 071
Compras	112 013 356	118 254 882
Regularização de existências	-	(401 623)
Saldo final	<u>4 513 563</u>	<u>2 341 943</u>
Gasto do exercício	<u>109 841 736</u>	<u>123 497 387</u>

## 29. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica "Fornecimentos e serviços externos", nos exercícios de 2016 e 2015, pode ser detalhada como segue:

	<b>31.12.16</b>	<b>31.12.15</b>
Subcontratos	2 302 265	2 252 755
Trabalhos especializados	570 965	461 778
Transportes de mercadorias	528 845	407 010
Despesas de distribuição	34 214	17 112
Seguros	121 943	142 288
Deslocações e estadas	79 455	78 900
Rendas e alugueres	47 377	99 404
Comunicação	11 709	11 914
Combustíveis	11 987	12 277
Conservação e reparação	9 766	15 038
Material de escritório	4 831	7 092
Eletricidade	3 855	3 836
Limpeza, higiene e conforto	6 201	3 999
Artigos para oferta	911	4 035
Contencioso e notariado	3 520	8 638
Honorários	5 123	350
Outros fornecimentos e serviços	8 984	23 076
	<u>3 751 951</u>	<u>3 549 502</u>

### 30. GASTOS COM O PESSOAL

A repartição dos gastos com o pessoal nos exercícios de 2016 e 2015 é a seguinte:

	<b>31.12.16</b>	<b>31.12.15</b>
Remunerações órgãos sociais	126 942	98 750
Remunerações do pessoal	441 025	471 859
Encargos sobre remunerações	101 272	104 205
Encargos com saúde	14 508	14 597
Seguros	2 378	501
Outros gastos com pessoal	100 607	129 713
	<u>786 732</u>	<u>819 625</u>

Durante os exercícios de 2016 e 2015, o número médio do pessoal foi de 15 e 16, respetivamente.

### 31. OUTROS GASTOS OPERACIONAIS

A rubrica "Outros gastos operacionais" nos exercícios de 2016 e 2015 pode ser detalhada como segue:

	<b>31.12.16</b>	<b>31.12.15</b>
Impostos	1 709	7 052
Quotizações	5 117	2 275
Donativos	1 140	960
Serviços bancários	1 362	20 985
Descontos de pronto pagamento	-	2 783
Diferenças de câmbio	447	2 532
Outros	375	43 820
	<u>10 150</u>	<u>80 407</u>

### 32. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros têm a seguinte composição:

	<b>31.12.16</b>	<b>31.12.15</b>
<b>Gastos e perdas</b>		
Juros suportados:		
Relativos a descobertos e empréstimos bancários	1 843	925
Relativos a contratos de locação financeira <i>Confirming</i>	3 466	4 570
<i>Factoring</i>	853 336	1 111 827
Outros juros	106 236	169 509
	-	7 516
	<u>964 881</u>	<u>1 294 347</u>
Diferenças de câmbio desfavoráveis	2 098	3 716
Outros gastos e perdas financeiras	14 947	39 544
	<u>981 926</u>	<u>1 337 607</u>
Resultados financeiros	<u>(39 129)</u>	<u>(189 270)</u>
	<u>942 797</u>	<u>1 148 337</u>
<b>Rendimentos:</b>		
Juros obtidos		
Relativos a depósitos bancários	704	1 072
Relativos a empréstimos ao Grupo (nota 21)	941 196	1 136 286
Diferenças de câmbio favoráveis	897	10 979
	<u>942 797</u>	<u>1 148 337</u>

### 33. RESULTADOS RELATIVOS A EMPRESAS DO GRUPO E A OUTROS INVESTIMENTOS

Os resultados relativos a empresas associadas e a investimentos têm a seguinte composição:

	<b>31.12.16</b>	<b>31.12.15</b>
Resultados relativos a empresas do Grupo:		
Dividendos de empresas do Grupo (nota 7)	-	300 000
	-	300 000

### 34. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são detalhados como segue:

	<b>31.12.16</b>	<b>31.12.15</b>
Imposto corrente	60 973	107 205
Imposto diferido	(60 484)	-
	489	107 205

A reconciliação do resultado antes de imposto com o imposto do exercício é como segue:

	<b>31.12.16</b>	<b>31.12.15</b>
Resultado antes de impostos	494 954	666 960
Taxa nominal de imposto	21%	21%
Imposto esperado	103 940	140 062
Diferenças permanentes	2 351	(57 662)
Derrama	7 593	5 886
Acerto de estimativa de imposto diferido	(60 484)	-
Tributação autónoma	23 993	27 562
SIFIDE	(82 457)	-
Insuficiência de estimativa para imposto	5 553	(8 643)
Imposto sobre o rendimento do exercício	489	107 205
Diferenças permanentes:		
Amortizações e depreciações não aceites fiscalmente	11 494	26 385
Eliminação da dupla tributação dos lucros distribuídos	-	(300 000)
Benefícios fiscais	(1 459)	(937)
Outros	1 159	(28)
	11 194	(274 580)
Taxa nominal de imposto	21%	21%
Diferenças permanentes	2 351	(57 662)

	<b>31.12.16</b>	<b>31.12.15</b>
Resultado antes de impostos	494 954	666 960
Taxa nominal de imposto	21%	21%
Imposto esperado	103 940	140 062
Diferenças permanentes	2 351	(57 662)
Derrama	7 593	5 886
Acerto de estimativa de imposto diferido	(60 484)	-
Tributação autónoma	23 993	27 562
SIFIDE	(82 457)	-
Insuficiência de estimativa para imposto	5 553	(8 643)
Imposto sobre o rendimento do exercício	<u>489</u>	<u>107 205</u>
Diferenças permanentes:		
Amortizações e depreciações não aceites fiscalmente	11 494	26 385
Eliminação da dupla tributação dos lucros distribuídos	-	(300 000)
Benefícios fiscais	(1 459)	(937)
Outros	1 159	(28)
	<u>11 194</u>	<u>(274 580)</u>
Taxa nominal de imposto	21%	21%

Pelo facto da Empresa estar integrada no grupo de sociedades dominado pela SIEL, SGPS, S.A. (acionista da RAR – Sociedade de Controle (Holding), S.A.) tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupo de Sociedades (RETGS), registou-se em gastos no exercício de 2016 e 2015, o montante 137.877 Euros e 85.694 Euros respetivamente, por contrapartida de conta a pagar da SIEL, SGPS, S.A., relativamente ao seu contributo para o apuramento do lucro do grupo fiscal.

### 35. EVENTOS SUBSEQUENTES

Após 31 de dezembro de 2016 não ocorreram factos que pela sua relevância mereçam ser apresentados.

### 36. OUTRAS INFORMAÇÕES

A Empresa tem vindo a incorrer em despesas de Investigação e Desenvolvimento ("I&D") as quais, no seu entendimento, são suscetíveis de serem elegíveis no âmbito do Sistema de Incentivos Fiscais em Investigação e Desenvolvimento Empresarial ("SIFIDE"), previsto na Lei n.º 40/2005, de 3 de Agosto, entretanto alterada pela Lei n.º 10/2009, de 10 de Março. Neste sentido, a Empresa formalizou a submissão de várias candidaturas ao referido sistema de incentivos tendo, para o efeito, apurado um montante global de despesas em atividades de I&D e um crédito fiscal estimado, expresso na tabela infra apresentada (valores expressos em Euro):

<u>Ano</u>	<u>Despesas I&amp;D</u>	<u>Crédito fiscal</u>
2010	58.350	48.139
2011	189.265	141.556
2012	140.834	54.284
2013	174.521	61.455
2014	180.793	70.315
2015	195.702	72.626

Por fim, no que respeita ao exercício de 2016, a Empresa encontra-se, de igual modo, a preparar uma candidatura ao sistema de incentivos supra referido, contudo, ainda não foi apurado o valor da despesa de I&D suportada, nem a estimativa do benefício fiscal correspondente. Não



obstante, a Empresa prevê finalizar o processo de candidatura até à data da submissão da Declaração de IRC (Modelo 22) relativa ao exercício de 2016, pelo que o valor do benefício fiscal que venha a ser solicitado deverá ser posteriormente reportado no Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados de 2017.

### 37. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Gerência e autorizadas para emissão em 27 de janeiro de 2017, contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

Porto, 27 de janeiro de 2017

A Gerência:

Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos

Luís José Sena de Vasconcelos

## Certificação Legal das Contas

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Acembex - Comércio e Serviços, Lda. (a Entidade), que compreendem o Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 55.244.207 euros e um total de capital próprio de 1.482.747 euros, incluindo um resultado líquido de 494.465 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Acembex - Comércio e Serviços, Lda. em 31 de dezembro de 2016, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos.

e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.


## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 2 de março de 2017

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Representada por:



Rui Manuel Cunha Vieira - ROC n.º 1154  
Registado na CMVM com o n.º 20160766